

## POLÍTICA

# Constituinte: os radicais insistem.

Algumas propostas que tinham sido derrotadas nas subcomissões foram ontem rerepresentadas. Busca-se agora uma solução para os confrontos.

Os chamados radicais da Assembleia Nacional Constituinte recorreram ontem, prazo previsto para encerramento de apresentação de emendas às comissões temáticas, a uma nova arma na luta contra as tendências moderadas e conservadoras, majoritárias entre os constituintes: a rerepresentação, sob a forma de emendas, dos anteprojetos — em alguns casos, na íntegra — derrotados na votação das subcomissões.

O expediente foi utilizado por autores de algumas das propostas tidas como mais progressistas — e polêmicas — à nova Constituição: isto é, pelo deputado Fernando Gasparian (PMDB-SP), relator da Subcomissão do Sistema Financeiro, que rerepresentou à Comissão de Sistema Tributário, Orçamento e Finanças da Constituinte os artigos aprovados e os rejeitados de seu anteprojeto preparado em fase de subcomissão, que tem entre suas propostas o tabelamento dos juros reais vigentes no País a 12% ao ano; também pelo deputado Osvaldo Lima Filho (PMDB-PE), relator da Subcomissão de Política Agrícola e Reforma Agrária, que devolveu, também na forma de emendas, à Comissão da Ordem Econômica, praticamente todo o



Dornelles, presidindo a Comissão do Sistema Tributário.

seu anteprojeto elaborado em fase de subcomissão. Os derrotados nas subcomissões de Questão Urbana e Transportes e de Princípios Gerais também representaram suas propostas vencidas às comissões.

Assim, numa primeira análise, poderia reconfigurar-se o antagonismo verificado nos debates das subcomissões, por exemplo, entre os constituintes Fernando Gaspa-

rian e José Serra (também do PMDB paulista), adepto de uma menor participação do Estado nas lutas do jogo econômico, que é o relator da Comissão do Sistema Tributário, Orçamento e Finanças. Da mesma forma, o ressurgimento das propostas de Osvaldo Lima Filho no que diz respeito à reforma agrária poderia equivaler, em tese, à reedição do conflito entre o ex-



Gasparian

relator da subcomissão e o autor do substitutivo parcialmente aprovado naquela instância, deputado Rosa Prata (PMDB-MG). As principais divergências entre os dois constituintes dizem respeito à desapropriação de latifúndios produtivos, à forma de pagamentos de títulos públicos, às formas de recurso à Justiça contra desapropriações e à limitação de propriedade.

## Busca de consenso

No entanto, depois da aparente surpresa gerada pela iniciativa dos relatores vencidos nas subcomissões, parecia consagrar-se, ontem — dia de grande atividade e nervosismo na Assembleia, quando apenas a Comissão da Ordem Social recebeu mais de mil emendas ao anteprojeto —, uma tendência de conciliação, ou pelo menos de negociação, entre as posições divergentes na Constituinte. No que diz respeito à Comissão da Ordem Econômica, por exemplo, segundo o deputado Edson Lobão (PFL-MA), que presidiu a Subcomissão da Reforma Agrária, as várias tendências do espectro político na Assembleia tentavam, ontem, estabelecer "normas de negociação, em que haja tolerância das partes para não sermos obrigados a renunciar ao melhor possível para ficar com o menos ruim". De acordo com o constituinte a "intransigência das partes impediu que o País evoluísse no trato da questão agrária, assim como em relação aos princípios gerais ordenadores de sua economia ou quanto à questão urbana".

Outra iniciativa tida como conciliatória foi a do próprio Rosa

Prata: ontem, ele falava em "solução intermediária", com a utilização de vários mecanismos, como os do imposto progressivo e do crédito fundiário, no debate da reforma agrária. Na mesma linha de busca de acordo, o constituinte Irapuan Costa Júnior (PMDB-GO), aliado do grupo que derrubou a proposta estatizante de Virgildásio de Senna (PMDB-BA) na Subcomissão de Princípios Gerais, concordava em que é "excessivamente ampla a definição de empresa nacional" aprovada até aqui, de autoria do deputado Guilherme Afif Domingos (PL-SP).

Na Comissão de Sistema Tributário, Orçamento e Finanças (que engloba os anteprojetos das subcomissões do Sistema Financeiro, de Tributos e de Orçamento e Fiscalização Financeira) informou-se que o relator José Serra deve fazer, amanhã à tarde, a apreciação preliminar das propostas encaminhadas. Ainda hoje à tarde, o secretário do Tesouro Nacional, Andrea Calabi, faz uma análise desses anteprojetos aos membros da Comissão, que já pediram, também, a presença do ministro da Fazenda, Bresser Pereira, e do presidente do Banco Central, Fernando Miliet, com a mesma finalidade.

## Sistema Financeiro: a posição da Febraban.

A Febraban — Federação Brasileira das Associações de Bancos — divulgou, ontem, sua posição com relação ao anteprojeto da Subcomissão do Sistema Financeiro. A análise, feita pelo diretor da Federação, José Augusto de Queiroz, crítica o dispositivo que proíbe a participação de pessoas físicas ou jurídicas estrangeiras em bancos de depósito, de investimento, em companhias e corretoras de seguro e demais instituições financeiras.

"O livre arbítrio do empresário financeiro é duramente atingido por esse dispositivo", afirma José Augusto de Queiroz, para quem a proibição fechará um importante caminho para o crescimento da empresa financeira nacional, pois o "sócio estrangeiro traz novo capital financeiro e Know-how de ge-

rência para as instituições nacionais".

Queiroz lembra que, se aprovada, a medida afetará a situação dos bancos brasileiros no Exterior. "Entendemos que as relações econômicas internacionais constituem uma rua de duas mãos. Não poderemos renegar nossos sócios estrangeiros se queremos que nossas empresas operem em outros países. Não podemos querer exportar se, praticamente, proibimos as importações", afirma o diretor da Febraban, que admite a proteção de empresa nacional, mas "dentro de regras de bom senso".

A Febraban também criticou o parágrafo que condiciona a abertura e o funcionamento de agências de bancos ou instituições financeiras à aprovação prévia dos

municípios. Pelo anteprojeto da Subcomissão do Sistema Financeiro, a autoridade municipal poderá regulamentar o horário e as condições de funcionamento destes estabelecimentos, além de decidir o melhor local para a abertura das agências.

Para José Augusto de Queiroz, essas decisões são tipicamente federais: "O próprio constituinte reconhece isto ao atribuir à Justiça Federal o julgamento dos crimes financeiros", afirma Queiroz, para quem os horários de funcionamento dos bancos devem ser sincronizados, para não inviabilizar o sistema de compensação nacional de cheques e documentos.

Quanto à escolha do local para abertura das agências, a Febraban lembra que essa é uma decisão de

marketing. "Seria o mesmo que atribuir aos municípios o direito de escolher os locais para a abertura de lojas e indústrias." Além disso Queiroz acredita que esse dispositivo possibilita a criação de reservas de mercado para determinadas instituições ou mesmo o monopólio dos bancos estaduais.

Outra agressão à iniciativa privada, segundo a Febraban, encontra-se no dispositivo que prevê que as disponibilidades de caixa da União deverão ser depositadas em instituições financeiras federais. Pelo anteprojeto, as operações de câmbio do setor público federal, estadual e municipal também serão cativas das instituições financeiras destas unidades federativas.

Lembrando que o Estado tem

sido "um mau empresário na maioria dos setores em que atua", Queiroz afirma que, em contrapartida, "também deveríamos proibir que as empresas privadas depositassem e fizessem empréstimos nas instituições oficiais, o que seria um absurdo". Para Queiroz, essa medida revela "mais preconceitos do que o desejo real de construir uma sociedade plural e democrática".

A Febraban também é contrária à extinção do Conselho Monetário Nacional, que passaria a ser gerido por uma comissão permanente do Congresso. "Essa substituição equivaleria à inversão de posições, pois o Congresso se investiria de competência Executiva", afirma Queiroz.

## CURTAS

O superintendente do Departamento de Polícia Federal, Romeu Tuma, defendeu ontem, na Comissão de Organização Eleitoral e Partidária e Garantia da Constituição, a exclusividade do inquérito policial como atribuição da Polícia Civil e fardamento para o policiamento ostensivo para as Polícias Militares desse departamento.

ooo

O novo presidente do PDS poderá ser o senador João Castelo, caso o senador Jarbas Passarinho persista no propósito de se afastar do posto, em virtude de doença de sua mulher e das críticas recebidas das seções de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul.